

ALÉM DA NOTÍCIA

A pedra no caminho

Trata-se da velha oposição entre os que defendem uma opção recessiva para a economia, a curto prazo, e os que querem pelo menos experimentar algo diferente do que foi praticado pelo ministro Delfim Netto nos últimos cinco anos, para tentar superar a crise brasileira com o aumento da produção, criação de mais empregos e crescimento do Produto Interno Bruto acima de 5% ao ano. No centro disso está a inflação, que não pode deixar de ser combatida sob nenhum pretexto.

O Governo Sarney vem sendo arrastado por um modelo de política econômica que não chega nem mesmo a constituir um programa, tanto é que existem divergências de toda ordem entre os ministros exatamente porque não foram eles, em conjunto e com suas naturais diferenças, que formularam isso que aí está em termos de providências econômicas para evitar a explosão hiperinflacionária. Este arremedo está novamente a reboque dos credores, que impuseram claros limites a qualquer plano de retomada do crescimento interno brasileiro.

Estes limites, todo mundo sabe, são as remessas líquidas de renda que o País está obrigado a fazer pelas contas dos bancos credores e, por extensão, de seus auditores do Fundo Monetário Internacional, encarregados de montar junto ao novo governo brasileiro o "programa de ajustamento" para que haja o "reequilíbrio" nas contas externas. Como uma economia não consegue manter o crescimento das exportações se não contar internamente com um mínimo de estabilidade, "não se admite" continuar com inflação na casa de 200%.

Mas isso é muito relativo: há quase três anos — quando o FMI chegou arrogantemente ao Palácio do Planalto na pessoa do diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental, Eduardo Wiesner Durán, que agora está se encontrando com o ministro Francisco Dornelles — a inflação estava abaixo de 100% e os Credores "não admitiam isso". Desculpa para exigir um "programa de ajustamento" que rendesse os doze bilhões de dólares anuais de saldo entre exportação e importação, naturalmente. Tanto é que a inflação sob a orientação do FMI, daí em diante, saltou de dois para três dígitos, beirando os temíveis "patamares argentinos".

De tal forma que o novo programa *stand by* com o FMI vai ser do mesmo jeito: sob a desculpa de baixar a inflação de 220% para 170% ou menos, ainda este ano, vão recomendar medidas que já vêm até mesmo sendo ensaiadas pelos ministros da área econômica — como o drástico corte nos investimentos das empresas estatais, com inevitável repercussão sobre o nível da atividade econômica em geral. E no final conseguem o objetivo escuso, que não pode ser falado abertamente pelo governo mas que se admite claramente nos corredores do FMI em Washington, que não é outro senão reduzir o nível da demanda, de maneira a sobrar o excedente exportável para pagamento dos juros da dívida externa.

Ora, o nó da questão não é a inflação, mas sim o juro da dívida de US\$ 103 bilhões, que a taxas médias de 10% ao ano corresponde no mínimo a US\$ 13 bilhões se levarmos em conta pequenos *spreads* e outras taxas mais. Líquidos pagaremos este ano US\$ 10,9 bilhões pelas contas feitas com o Comitê de Assespramento dos bancos credores, na semana passada. Por causa destas remessas de renda tirada do trabalho dos brasileiros é que temos uma inflação renitente que não baixa nem sob um severo represamento de preços, transferindo ao déficit público toda a carga financeira representada por taxas internas agora ainda mais altas nominalmente devido à nova fórmula da correção monetária e cambial.

O déficit aumenta e não há saída ortodoxa a não ser cortar os investimentos / gastos públicos ou então continuar colocando títulos da dívida pública, que alimentam a economia de papel da especulação financeira e por aí se mantém a inflação e a recessão. Empresas sufocadas por elevadas despesas não operacionais (juros e encargos) preferem se resguardar nas aplicações no *open* do que aumentar a produção e oferecer mais emprego. Como não pode sequer imaginar soluções que passem pelo corte na remessa líquida de renda para o exterior, a equipe ortodoxa da Nova República investe contra os gastos das estatais e propõe o aumento da carga tributária, aliada a uma apertada política monetária que está sendo montada, de maneira que no final sobrará para todo mundo e o problema da retomada do crescimento econômico ficará para um futuro incerto.

Este, enfim, é o dilema que o presidente José Sarney está enfrentando quando recorre a um colegiado de economistas para discutir a formulação de uma verdadeira política econômica para o País. O problema todo é saber até que ponto haverá autonomia para isso, ou se continuaremos jogando com os mesmos instrumentos porque não somos capazes de nos articular melhor, com outros grandes devedores latino-americanos, para exigir uma mudança de posicionamento do governo norte-americano.

ARNOLFO CARVALHO